

# CA RENDIMENTO

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto



**RELATÓRIO E CONTAS  
DEZEMBRO 2017**

+

## CA RENDIMENTO

---

### Conteúdos

NOTA INTRODUTÓRIA.....	2
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	4
PRINCIPAIS EVENTOS.....	7
DESEMPENHO DOS FUNDOS DE OBRIGAÇÕES.....	9
INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO.....	10

f

## Nota Introdutória

---

O fundo foi constituído em 20 de junho de 1994 como fundo de obrigações de taxa variável euro, com a denominação Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - RAIZ Rendimento, observando, entre outras normas, as constantes do Dec-Lei nº 252/2003, de 17 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei nº 52/2006 e pelo Dec-Lei nº 357-A/2007, e de acordo com o Regulamento nº 15/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Os documentos constitutivos foram atualizados em 5 de novembro de 2013 de harmonia com o Dec-Lei nº 63-A/2013, de 10 de maio e com o Regulamento nº 5/2013 da CMVM, passando a ser um Fundo de Obrigações.

Em 1 de setembro de 2014 passou a designar-se Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento.

Desde 1 de outubro de 2017 a responsabilidade pela gestão do fundo é da IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., com sede na avenida da República, nº 25 – 5ªA, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial sob o nº único de matrícula e identificação fiscal 502 151 889.

1

(Página intencionalmente deixada em branco)

7

## Síntese da Evolução dos Mercados

---

O ano de 2017 revelou-se um ano positivo para a generalidade das classes de ativos, com o crescimento económico global a surpreender pela positiva e a inflação a ficar aquém do esperado.

A economia mundial cresceu 3,7%, o ritmo mais elevado desde 2011, com os EUA, a Europa, o Japão e a China a superarem as expectativas de crescimento que se registavam no início do ano. A inflação global surpreendeu, ao situar-se nos 3,1%, abaixo dos esperados 3,5%. Os EUA foram os principais responsáveis por este desvio, uma vez que a baixa taxa de desemprego não se materializou no aumento dos salários que muitos economistas tinham previsto. A não materialização dos principais riscos identificados pelos investidores, como a situação na Coreia do Norte e o abrandamento do crescimento económico Chinês, também ajudou ao sentimento favorável, acabando por contribuir para a performance positiva dos mercados.

A dívida pública da zona euro obteve rentabilidades positivas suportadas pela política monetária expansionista do Banco Central Europeu (BCE), a manutenção de um discurso cauteloso, a reafirmação do alargamento do programa de compra de ativos até setembro de 2018, caso as circunstâncias o exijam, para além da afirmação de que as taxas de juro se deverão manter inalteradas para lá do fim do programa de compras. A justificar esta decisão, esteve o facto de as dinâmicas de inflação permanecerem fracas e dependentes dos estímulos monetários. A avaliação da economia foi melhorando ao longo do ano, à medida que os sinais de crescimento se tornavam mais robustos, levando mesmo a que existissem já no final do ano algumas divergências no seio do conselho de governadores do BCE, com alguns a expressarem a necessidade de se terminar antecipadamente com o programa de compra de ativos. Esta evolução levou a que as taxas de juro dos países “core” aumentassem, enquanto os *spreads* dos países periféricos estreitaram, especialmente na Grécia e em Portugal.

Relativamente a Portugal, de destacar a aceleração do crescimento económico e a redução do défice, que se traduziram numa revisão em alta do rating da república para *investment grade* por parte da Fitch e da Standard&Poor’s. A instabilidade política em Itália e Espanha, nomeadamente o agendamento de novas eleições em Itália e as aspirações independentistas da Catalunha, impediram uma performance mais positiva da dívida pública destes países.

Os mercados de crédito também registaram uma evolução favorável, com os *spreads investment grade* e *high yield* a estreitarem. A melhoria das condições económicas ao nível global levou a um aumento dos resultados das empresas, que se traduziram numa melhoria das métricas de crédito e a uma queda das taxas de incumprimento. Por outro lado, o programa de compra de ativos pelo BCE continuou a dar suporte ao crédito.

O mercado obrigacionista nos EUA obteve também rentabilidades positivas, tendo a taxa a 10 anos permanecido praticamente inalterada. A Reserva Federal (FED) tinha sinalizado no início do ano que iria aumentar as taxas de juro três vezes e, apesar de o mercado ter duvidado que as mesmas ocorressem dado o baixo nível da inflação *core*, foi o que acabou por acontecer. O crescimento acima do potencial associado a condições financeiras acomodáticas, a convicção de que a convergência para o objetivo de inflação é uma questão de tempo e a necessidade de normalizar a política monetária, acabaram por justificar as três subidas da taxa de juro. A FED anunciou ainda o início da redução do

seu balanço. Na componente de crédito, tanto *investment grade* como *high yield* registaram uma redução de *spreads* que se traduziu em rendibilidades positivas, suportadas pela melhoria das condições económicas e pelo aumento do preço das matérias-primas.

Outro segmento que saiu igualmente beneficiado pela diminuição dos *spreads* foi a dívida de mercados emergentes. O discurso protecionista adotado por Donald Trump na campanha eleitoral norte-americana provocou alguma cautela relativamente às economias emergentes, mas a não concretização dessa retórica associada à subida do preço das matérias-primas, acabou por resultar em retornos bastante positivos nestas geografias, com o interesse dos investidores a redirecionar-se para dívida em moeda local, na expectativa de ganhos cambiais e de cortes adicionais nas taxas de juro domésticas, em detrimento da dívida em USD e Euro.

Ao nível dos mercados acionistas, destaque para o bom *momentum* de resultados vivido em 2017, com crescimento positivo, baixa inflação e revisões em alta dos resultados na generalidade das geografias. Neste enquadramento os retornos mais atrativos viriam, como seria de esperar, a registar-se nos mercados acionistas, com os EUA e o Japão a valorizarem mais de 20% e os mercados emergentes mais de 30%. As ações na zona euro valorizaram 12%, beneficiando da melhoria das condições económicas, fruto do aumento do investimento e das exportações, da manutenção de uma política monetária acomodatória e da não materialização de alguns riscos, nomeadamente os políticos. No início do ano temia-se que as eleições em França e na Holanda pudessem resultar em governos extremistas, que colocassem o projeto europeu em causa, mas tal não sucedeu, tendo inclusivamente o projeto europeu sido reforçado pela vitória de Emmanuel Macron em França.

Nos EUA, o mercado acionista registou uma apreciação de 21% impulsionado por um crescimento económico forte, suportado pelo consumo e pelo investimento, por um dólar a desvalorizar e pela reforma fiscal da administração Trump. Movimento similar registou-se no Japão, onde o mercado acionista valorizou 21%. A política fiscal e monetária expansionistas induziram um aumento significativo do crescimento económico, suportado pelo consumo privado, o investimento e as exportações. Esta dinâmica de crescimento impactou positivamente os resultados das empresas, ao mesmo tempo que as taxas de juro se encontram condicionadas pela política monetária do Banco do Japão. Por último, o Yen desvalorizou contra as principais moedas, o que se traduziu num aumento dos resultados das empresas exportadoras. A reeleição da coligação no poder deu confiança ao mercado de que as políticas fiscais e monetárias se manterão num futuro próximo.

Os mercados emergentes valorizaram 37%, beneficiando da recuperação da economia mundial, da valorização das matérias-primas, da desvalorização do dólar e da estabilização do crescimento na China. O reforço da liderança do presidente Xi no congresso do partido comunista chinês conferiu estabilidade ao rumo da economia, tendo sido sinalizadas três áreas de atuação para os próximos três anos: a prevenção dos riscos financeiros, a redução da pobreza e a luta contra a poluição.

Ao nível cambial destaque para a valorização do euro face às principais moedas, tendo valorizado 14% face ao dólar, 10% face ao yen, 4% face à libra e 9% face ao franco suíço. A beneficiar o euro esteve o acelerar da atividade económica na zona euro e o ambiente pro-cíclico, enquanto que a penalizar o yen estiveram as políticas monetárias e fiscais japonesas e a penalizar a libra esteve a incerteza provocada pelo Brexit.

/

As matérias-primas registaram uma modesta valorização de 1,7%, tendo o ouro, o crude, o gado e o cobre contribuído positivamente, enquanto o gás natural, o milho, o trigo e a soja contribuíram negativamente.

A volatilidade voltou a cair, encontrando-se em níveis historicamente reduzidos.

## Principais Eventos

---

### Atualização dos documentos constitutivos dos fundos geridos pela Sociedade

Em fevereiro foi concluído o processo de atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGGA.

Foram publicadas, a 28 de abril, as novas versões dos Prospetos e IFIs com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2016.

Ao longo do ano foram ainda efetuadas alterações relacionadas, entre outras, com reduções da comissão de gestão e/ou isenções temporárias de comissões de comercialização, tendo a última alteração de 2017 sido efetuada a 1 de outubro, com a alteração do momento de referência para cálculo do valor da unidade de participação.

### Publicação dos Relatórios e Contas dos fundos geridos pela Sociedade

A 12 de abril foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGGA, relativos ao exercício findo a 31 de dezembro de 2016.

Os Relatórios e Contas dos fundos referentes ao 1º semestre de 2017 foram publicados a 20 de agosto.

### Novos Fundos da Sociedade Gestora

Em fevereiro, a IM Gestão de Ativos lançou dois novos fundos de investimento – o IMGGA Iberia Equities e o IMGGA Iberia Fixed Income, focados nas oportunidades existentes no mercado ibérico.

### Transferência de gestão dos FIM da CA Gest

A 1 de outubro concretizou-se a transferência da gestão dos oito fundos de investimento mobiliário até então geridos pela CA Gest para a esfera da IMGGA. Os fundos que passaram a ser geridos pela IMGGA foram o CA Rendimento, CA Monetário, CA Curto Prazo, IMGGA Flexível (ex. CA Flexível), IMGGA Alternativo (ex. CA Alternativo), IMGGA Dedicado Acumulação (ex. CA Dedicado Acumulação), IMGGA Dedicado Valorização (ex. CA Dedicado Valorização) e IMGGA Ações Europa (ex. CA Ações Europa).

### Atribuição de prémios à Sociedade Gestora e respetivos Fundos de Investimento

No passado dia 12 de abril, a IMGGA recebeu pelo segundo ano consecutivo o prémio Morningstar - Melhor Sociedade Gestora Nacional Global 2016. Com este prémio, a IMGGA foi distinguida pela consistência e rentabilidade ajustada ao risco da sua oferta global, consolidando o compromisso de uma oferta de produtos de excelência e com melhor rentabilidade para os Clientes.



A 5 de junho, a IMGA foi distinguida no âmbito da terceira edição dos Prémios Melhores Fundos APFIPP de 2016, que decorreu em Lisboa. Nesta edição, foram reconhecidos os seus fundos IMGA Extra Tesouraria III, como o melhor fundo de investimento na classe de fundos de curto prazo e o IMGA Prestige Conservador como o melhor fundo em Portugal na sua classe.

Estes prémios são o reconhecimento, pelos responsáveis da indústria de gestão de ativos, de que o investimento nestes fundos se tem revelado como uma boa solução de investimento para os subscritores, permitindo conciliar bons níveis de rentabilidade no atual contexto de taxas de juro próximas de zero, com baixos ou moderados níveis de risco, e sobretudo a consistência do retorno apresentado nos últimos 3 e 5 anos, devidamente ajustado ao risco.

### **Outras alterações**

Com vista a ajustar a oferta de fundos de investimento às necessidades dos seus participantes, a IMGA procedeu a algumas alterações aos seus fundos, das quais se destaca a alteração à política de distribuição de rendimentos e conseqüente alteração de denominação do fundo IMGA Rendimento Semestral, bem como a redução da comissão de gestão dos fundos IMGA Liquidez, IMGA Extra Tesouraria III, IMGA Rendimento Semestral e IMGA Euro Taxa Variável, com o objetivo de preservar a rentabilidade num contexto de taxas de juro negativas.

### **Relatório de Controlo Interno da Sociedade**

A 30 de junho foi enviado o referido relatório para o Banco de Portugal e para a CMVM.

### **Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais**

A 30 de junho foi entregue no Banco de Portugal, o Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais para o período de referência entre 1 de junho de 2016 e 31 de maio de 2017.

4

## Desempenho dos fundos de obrigações

No final de dezembro de 2017, numa conjuntura generalizada de baixos rendimentos, os fundos IMGA predominantemente de obrigações registaram níveis de rentabilidade a um ano que comparam favoravelmente com outras alternativas de investimento, tais como produtos bancários e fundos com políticas de investimento comparáveis.

Os fundos IMGA de obrigações apresentaram no final de dezembro as seguintes rentabilidades:

Fundos IMGA	ISRR	1 Ano			3 Anos			5 Anos		
		Rend. Anualizada	Risco		Rend. Anualizada	Risco		Rend. Anualizada	Risco	
			Nível	Classe		Nível	Classe		Nível	Classe
Euro Taxa Variável	2	0,63%	0,24	1	0,41%	0,61	2	1,54%	0,72	2
Rendimento Semestral	2	1,25%	0,36	1	0,54%	0,80	2	1,54%	0,87	2
High Yield Bond Selection	2	2,12%	0,69	2	1,64%	1,69	2	2,55%	1,45	2
Global Bond Selection	3	-0,13%	1,40	2	0,12%	1,76	2	ND	ND	ND
Prestige Global Bond	2	1,09%	1,18	2	1,14%	1,5	2	1,23%	1,21	2
Iberia Fixed Income	3	ND	ND		ND	ND	ND			
CA Rendimento	2	1,46%	0,54	2	1,88%	0,93	2	3,33%	0,88	2

Fonte: APFIPP a 29 de dezembro de 2017

ISRR: Indicador Sintético de Risco e Remuneração = resulta do cálculo da volatilidade dos retornos semanais da unidade de participação (UP) de cada fundo nos últimos cinco anos. As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função da classe de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). As rentabilidades anualizadas indicadas a 3 e 5 anos apenas seriam obtidas se o investimento fosse efetuado durante a totalidade do período de referência.

Considerando o conjunto de fundos com notação Morningstar™ de 3, 4 e 5 estrelas, a IMGA ocupa uma posição de destaque entre as principais sociedades gestoras nacionais, com 20 fundos elegíveis mercedores dessas classificações, de um total de 28 fundos.

Dos sete fundos de obrigações da IMGA, três não dispõem de notação, o IMGA Rendimento Mais, o Prestige Global Bond e o IMGA Iberia Fixed Income, devido a serem recentes ou a terem registado alterações de classe Morningstar há menos de 3 anos.

Os fundos de obrigações da IMGA apresentaram em dezembro de 2017 as seguintes notações:

Fundo IMGA	Overall Rating	
	(dez. 2016)	(dez. 2017)
IMGA Euro Taxa Variável	*****	****
IMGA Rendimento Semestral	***	**
IMGA High Yield Bond Selection	ND	ND
IMGA Global Bond Selection	*	**
IMGA Prestige Global Bond	ND	ND
IMGA Iberia Fixed Income	ND	ND
CA Rendimento	*****	*****

Fonte: Morningstar.pt

## Informação Financeira do Fundo

---

A estratégia prosseguida na gestão do fundo CA Rendimento durante o ano de 2017 assentou numa flexibilização da gestão do risco de taxa de juro, garantindo aos seus participantes um risco reduzido durante todo o ano e, simultaneamente, uma otimização da sua exposição ao setor financeiro e a emitentes oriundos da periferia da Zona Euro.

Ao longo do ano, o fundo manteve níveis de duração sensivelmente reduzidos através da cobertura do risco de taxa de juro na sua exposição ao segmento de obrigações de taxa fixa. Com a melhoria dos resultados do setor financeiro e o enquadramento mais favorável à subida das taxas de juro, o fundo aumentou ao longo do ano a sua exposição ao setor financeiro. A dívida financeira registou um comportamento superior à dívida não financeira e nem a resolução do banco Popular Espanhol, nem a liquidação de dois bancos italianos da região do Veneto, afetaram de forma significativa esta tendência. O segmento de taxa indexada, apesar de garantir estabilidade em períodos de subida de taxas de juro, continuou a ser penalizado pela contínua queda das taxas Euribor.

O fundo terminou o ano com um posicionamento defensivo no que respeita a risco de taxa de juro, tendo em alternativa registado um ligeiro aumento no risco de crédito, devido à necessidade de encontrar taxas de rentabilidade atrativas num ambiente de taxas de juro baixas ou negativas.

A estratégia de investimento contempla ainda um elemento de gestão ativa que fomenta a exploração de oportunidades de investimento no mercado primário e secundário, de taxa fixa ou taxa variável, estimulada pela dinâmica de procura/oferta e pela volatilidade dos mercados de taxa de juro e de crédito, salvaguardando o estrito cumprimento das regras da política de investimento.

No final de dezembro de 2017, o fundo de investimento CA Rendimento apresentou uma rentabilidade a 1 ano de 1,45%, registando um valor líquido global de 316,1 milhões de euros, superior em 57,9% face aos 200,1 milhões de euros de dezembro de 2016, resultante de um registo de vendas líquidas positivas de 112,5 milhões de euros, com subscrições de 170,3 milhões de euros e resgates de 57,8 milhões de euros.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

## Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do n.º 2 do art.º 161 do RGOIC, apresenta-se de seguida o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores, e o montante agregado da remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização:

### Remuneração do Exercício de 2017

Órgãos de gestão e fiscalização	Rendimento fixo	Rendimento variável	Número a 31/12/2017
<u>Comissão Executiva</u>			
Presidente e Administradores	359.383 €	127.426 €	3
Administradores Independentes	30.000 €	0	1

Colaboradores	Rendimento fixo	Rendimento variável	Número a 31/12/2017
Colaboradores	1.741.537 €	150.175 €	26

No exercício de 2017 os gastos anuais relativos à remuneração dos serviços de auditoria externa, foram de 24.600,00 €.

O fiscal único não foi remunerado pelas suas funções de fiscalização.

## Erros de valorização

No exercício económico findo em 31 de dezembro de 2017, em virtude de erros ocorridos no processo de valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, a Sociedade Gestora, a título compensatório, procedeu ao pagamento do montante de €72,39 a favor do organismo de investimento coletivo. Não houve lugar a pagamento de indemnizações aos participantes lesados.

✓

## Eventos subsequentes

---

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.



## Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento

### Elementos Identificativos

**Tipo de Fundo:** Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações  
**Data de Constituição:** 20 de junho de 1994  
**Sociedade Gestora:** IM Gestão de Ativos -  
 - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.  
**Banco Depositário:** Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL  
**Valor da Carteira em 31 dezembro de 2017:** 316.101 M Euros

### EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 (*)
<b>Rendibilidade</b>	0,1%	3,1%	-0,3%	0,5%	6,6%	7,1%	4,0%	1,9%	2,3%	1,5%
<b>Risco (nível)</b>	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2

(\*) Rendibilidade anualizada

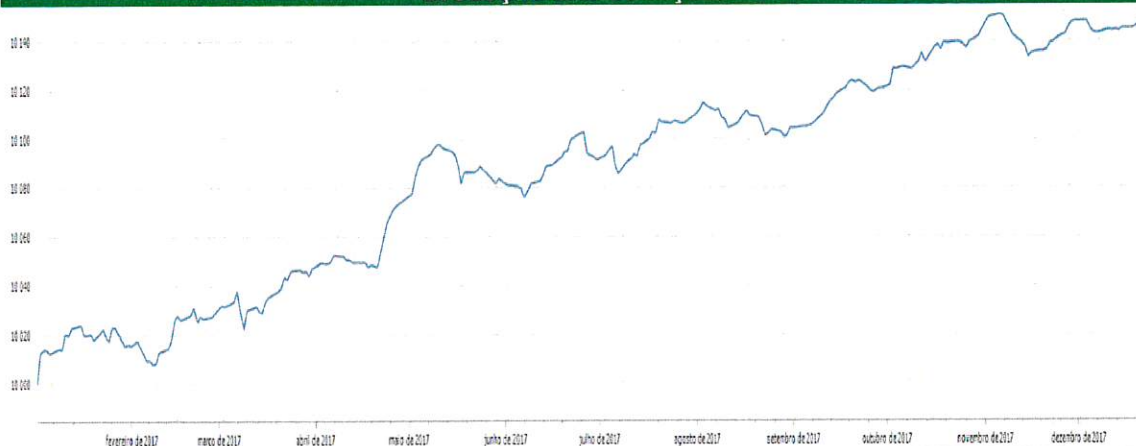
### POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo procurará proporcionar aos participantes um nível de rendibilidade e estabilidade que acompanhe as taxas de juro dos mercados monetários, através do investimento em valores mobiliários e instrumentos financeiros, predominantemente de médio e longo prazo, cujas taxas de rendimento dependam das taxas de juro do curto prazo.

O Fundo tem uma política de investimento que obriga a um investimento mínimo de 80% do seu valor em obrigações, sendo pelo menos 50% do seu valor líquido global em obrigações de taxa variável e um máximo de 30% do valor líquido global do Fundo em obrigações de taxa fixa. O Fundo investirá, até ao limite de 10% do seu valor líquido global, em unidades de participação de outros OIC.

O Fundo investirá em ativos denominados em euros, mas poderá investir em ativos denominados em moedas de países integrantes da União Económica e Monetária e/ou em mercados externos à zona euro

### EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

### EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31-dez-13	31-dez-14	31-dez-15	31-dez-16	31-dez-17
<b>Nº UP's em circulação</b>	12.542.046	41.321.113	25.019.108	26.089.861	40.625.083
<b>Valor Unitário UP (Euros)</b>	7,0729	7,3586	7,5008	7,6697	7,7810

### CUSTOS E COMISSÕES

Mercado	Região	Unidades: milhares €	
		2017	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	21.173	5,6
Mercados União Europeia	Alemanha	19.359	
	França	40.625	
	Bélgica	7.858	
	Polónia	4.050	
	Holanda	11.160	
	Dinamarca	6.702	
	Espanha	14.515	
	Itália	32.015	
	Reino Unido	28.988	
	Irlanda	2.003	
	Luxemburgo	4.021	
	Suécia	7.657	
	Noruega	400	
	<b>sub-total</b>	<b>179.353</b>	<b>32,5</b>
Outros Mercados	EUA	53.280	
	Austrália	7.995	
	Suiça	7.812	
	<b>sub-total</b>	<b>69.087</b>	<b>0,0</b>
	<b>Total</b>	<b>269.613</b>	<b>38,1</b>

### DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMONIO

31.12.2017	
Valores mobiliários	269.613.724
Saldos bancários	46.378.012
Outros ativos	668.617
<b>Total dos ativos</b>	<b>316.660.353</b>
Passivos	558.862
<b>Valor Líquido de Inventário</b>	<b>316.101.491</b>

### TÍTULOS EM CARTEIRA

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	(valores em Euro)	
						SOMA	%
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>							
M.C.O.B.V. Estados Membros EU	252.834.562	2.074.720	304.419	254.604.863	621.124	255.225.987	94%
M.C.O.B.V. Estados Não Membros EU	14.928.100	99.242	18.481	15.008.861	16.077	15.024.938	6%
Sistemas de negociação multilateral de países terceiros	-	-	-	-	-	-	0%
<b>Total</b>	<b>267.762.662</b>	<b>2.173.962</b>	<b>322.900</b>	<b>269.613.724</b>	<b>637.201</b>	<b>270.250.925</b>	<b>100%</b>

### INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)	
Rendimentos	
Rendimento do investimento	-
Outros rendimentos	1.833.065
As mais-valias de investimentos	29.302.264
Custos	
Custos de gestão	(1.537.537)
Custos de depósito	(256.202)
Outros encargos, taxas e impostos	(196.577)
As menos-valias de investimentos	(25.620.063)
Custos de negociação	(31.407)
Lucro líquido	3.493.544
Lucros distribuídos	
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	170.315.394
Resgates	57.808.635

### VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Valor Líquido Global do Fundo	316.101.491	200.101.188	187.664.315
Valor Unitário da UP	7,7810	7,6697	7,5008





---

## INDÍCE

I – RELATÓRIO DE GESTÃO

II – BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE OBRIGAÇÕES – CA RENDIMENTO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

III – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE OBRIGAÇÕES – CA RENDIMENTO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

IV – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE OBRIGAÇÕES – CA RENDIMENTO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

V – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE OBRIGAÇÕES – CA RENDIMENTO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017



---

**II – BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE  
OBRIGAÇÕES – CA RENDIMENTO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2017**

---



(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Data: 31.12.2017

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		31.12.17	31.12.16
	<b>Operações Cambiais</b>		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Cotações</b>		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Compromissos de Terceiros</b>		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	68.432.000	

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		31.12.17	31.12.16
	<b>Operações Cambiais</b>		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	68.432.000	
	<i>Total</i>	68.432.000	
	<b>Operações Sobre Cotações</b>		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Compromissos Com Terceiros</b>		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	68.432.000	
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		





---

III – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO  
MOBILIÁRIO ABERTO DE OBRIGAÇÕES – CA RENDIMENTO REFERENTE AO  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

---

(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Data: 31.12.2017

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		31.12.17	31.12.16			31.12.17	31.12.16
	<b>Custos e Perdas Correntes</b>				<b>Proveitos e Ganhos Correntes</b>		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes	8.035	3.765	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	1.769.836	1.427.724
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	63.156	62.354
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2.908			Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	1.845.144	1.239.998	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
729	De Operações Extrapatrimoniais	28.499	170.387	829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	18.837.743	19.144.379	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	23.058.982	22.794.702
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	6.782.320	8.214.665	839	Em Operações Extrapatrimoniais	6.243.282	7.844.855
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e				Provisões para Encargos		
7411+7421	Incrementos Patrimoniais			851	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	1	
7412+7422	Impostos Indirectos	130.827	90.187	87			
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>31.135.256,76</u>	<u>32.129.635</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	6.310	6.310				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>27.641.785</u>	<u>28.869.691</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	<b>Custos e Perdas Eventuais</b>				<b>Proveitos e Ganhos Eventuais</b>		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	72	
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>72</u>	
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	<b>Resultado Líquido do Período (se&gt;0)</b>	<u>3.493.544</u>	<u>3.259.944</u>	66	<b>Resultado Líquido do Período (se&lt;0)</b>		
	<b>TOTAL</b>	<u>31.135.329</u>	<u>32.129.635</u>		<b>TOTAL</b>	<u>31.135.329</u>	<u>32.129.635</u>
(8*1/2/3)-(7*2/3)	<b>Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos</b>	<u>5.986.602</u>	<u>5.078.047</u>	F - E	<b>Resultados Eventuais</b>	<u>72</u>	
8*9 - 7*9	<b>Resultados das Operações Extrapatrimoniais</b>	<u>(567.537)</u>	<u>(8.214.665)</u>	B+F-A-E+74	<b>Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento</b>	<u>3.493.544</u>	<u>10.075.193</u>
B-A	<b>Resultados Correntes</b>	<u>3.493.472</u>	<u>3.259.944</u>	B+D-A-C	<b>Resultados Líquidos do Período</b>	<u>3.493.544</u>	<u>6.600.399</u>

7

**IV – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO II – BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE OBRIGAÇÕES – CA RENDIMENTO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

---

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	31.12.17		31.12.16	
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</b>				
RECEBIMENTOS:		170.315.395		102.686.585
Subscrição de unidades de participação	170.315.395		102.686.585	
...				
PAGAMENTOS:		57.106.492		94.411.541
Resgates de unidades de participação	57.106.492		94.411.541	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
<b>Fluxo das operações sobre as unidades do OIC</b>		<b>113.208.903</b>		<b>8.275.044</b>
<b>OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos</b>				
RECEBIMENTOS:		913.843.964		1.353.456.077
Venda de títulos e outros ativos	862.264.781		1.318.875.301	
Reembolso de títulos e outros ativos	47.607.641		28.373.462	
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos	5.250			
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	3.966.292		6.204.233	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira			3.082	
PAGAMENTOS:		1.004.986.700		1.357.010.363
Compra de títulos e outros ativos	1.002.644.050		1.352.369.390	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos	2.335.425		4.639.051	
Comissões de corretagem	7.225		1.922	
Outras taxas e comissões				
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira				
<b>Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos</b>		<b>(91.142.736)</b>		<b>(3.554.285)</b>
<b>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</b>				
RECEBIMENTOS:		6.243.282		7.844.855
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	6.243.282		7.844.855	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
...				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas				
PAGAMENTOS:		6.817.596		8.391.002
Juros e custos similares pagos	6.323		3.768	
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	6.782.320		8.214.665	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções	28.953		172.569	
...				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas				
<b>Fluxo das operações a prazo e de divisas</b>		<b>(574.314)</b>		<b>(546.147)</b>



DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	31.12.17		31.12.16	
<b>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</b>				
RECEBIMENTOS:		33.401		111.879
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	33.401		111.879	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		1.886.546		1.382.171
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários				
Comissão de gestão	1.479.991		1.032.835	
Comissão de depósito	246.696		226.823	
Taxa de supervisão				
Impostos e taxas	124.110		89.285	
Reembolso de empréstimos				
Reembolso de empréstimos				
Outros pagamentos correntes	35.749		33.228	
<b>Fluxo das operações de gestão corrente</b>		<b>(1.853.145)</b>		<b>(1.270.292)</b>
<b>OPERAÇÕES EVENTUAIS</b>				
RECEBIMENTOS:		82		0
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais	82			
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
<b>Fluxo das operações eventuais</b>		<b>82</b>		<b>0</b>
<b>SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)</b>		<b>19.638.790</b>		<b>2.904.320</b>
<b>DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)</b>		<b>26.739.222</b>		<b>23.834.902</b>
<b>DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)</b>		<b>46.378.012</b>		<b>26.739.222</b>



---

**V – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO II – BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE OBRIGAÇÕES – CA RENDIMENTO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

---



## INTRODUÇÃO

A constituição do CA Rendimento - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 04 de junho de 1990, tendo iniciado a sua atividade em 20 de junho 1994.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

### 1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de mil escudos cada (quatro euros e noventa e nove cêntimos), à data do início do OIC. O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição. O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo como base o valor do património líquido do OIC, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)						
	No Início	Subscrições	Resgates	Dist. Result.	Outros	Resultados do Período	No Fim
Valor base	130.136.226	109.800.728	37.269.972				202.666.982
Diferença p/ Valor Base	40.539.267	60.514.667	20.538.663				80.515.271
Resultados distribuídos							
Resultados acumulados	26.165.752				3.259.944		29.425.696
Resultados do período	3.259.944				(3.259.944)	3.493.544	3.493.544
SOMA	200.101.188	170.315.395	57.808.635			3.493.544	316.101.494
N.º de Unidades de Participação	26.089.861	22.004.154	7.468.932				40.625.083
Valor da Unidade de Participação	7,6697	7,7401	7,7399				7,7810

Em 31 de dezembro de 2017 não existiam pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2017	31-12-17	7,7810	316.101.491	40.625.083
	30-09-17	7,7613	285.222.272	36.749.304
	30-06-17	7,7390	263.594.410	34.060.485
	31-03-17	7,7049	220.214.191	28.580.974
Ano 2016	31-12-16	7,6697	200.101.188	26.089.861
	30-09-16	7,6728	189.526.290	24.701.156
	30-06-16	7,6036	158.423.715	20.835.228
	31-03-16	7,5220	149.207.978	19.836.146
Ano 2015	31-12-15	7,5008	187.664.315	25.019.108
	30-09-15	7,4640	194.122.097	26.007.834
	30-06-15	7,5175	258.667.281	34.408.661
	31-03-15	7,5408	387.603.001	51.400.701

Em 31 de dezembro de 2017, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

31 dezembro 2017	
Escalões	N.º Participantes
UPs $\geq$ 25%	-
$10\% \leq$ UPs < 25%	-
$5\% \leq$ UPs < 10%	-
$2\% \leq$ UPs < 5%	1
$0,5\% \leq$ UPs < 2%	-
UPs < 0,5%	14.011

## 2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2017, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Obrigações Diversas	78.319.293	522.827.013	46.638.225	828.199.928	124.957.518	1.351.026.941
Total	91.792.167	522.827.013	54.857.796	828.199.928	146.649.964	1.351.026.941

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	170.315.394	
Resgates	57.808.635	

## 3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:





(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
<b>1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Títulos dívida Pública				-		
PGB Float 12/08/21	2.645.634	4.366	-	2.650.000	20.073	2.670.073
PGB Float 19/05/21	100.368	808	-	101.175	244	101.419
	2.746.002	5.173	-	2.751.175	20.317	2.771.492
<i>-Out.Fundos Públicos Equiparados</i>						
Regiao Aut Madeira Float 10/07/18	893.250	2.160	-	895.410	-	895.410
	893.250	2.160	-	895.410	-	895.410
<i>-Obrigações diversas</i>						
Altri Celbi Float 06/03/24	300.000	4.260	-	304.260	2.055	306.315
Caixa Geral Depósitos 1% 27/01/22	1.213.200	9.912	-	1.223.112	11.112	1.234.224
Celbi Float 22/02/24	1.000.000	-	(2.000)	998.000	7.929	1.005.929
Galp Energia 3.571% 08/03/18	1.745.350	-	(35.428)	1.709.922	3.376	1.713.299
Jose de Mello Saude SA Float 09/06/19	820.000	17.630	-	837.630	1.642	839.272
Saudacor SA Float 20/12/19	2.100.000	18.480	-	2.118.480	1.765	2.120.245
Semapa Soc Inv e Gestão Float 17/04/19	512.685	-	(1.210)	511.475	3.094	514.569
Semapa Soc Inv e Gestão Float 30/11/20	204.300	-	(1.280)	203.020	478	203.498
Sonae Investimento SGPS Float 12/06/18	1.608.150	12.650	-	1.620.800	2.727	1.623.527
VERSE 3 SNR 1.99% 12/02/19	1.562.279	13.747	-	1.576.025	1.554	1.577.580
	11.065.964	76.679	(39.918)	11.102.725	35.732	11.138.457
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
<i>-Títulos dívida Pública</i>						
CCTS EU Float 15/12/22	5.289.989	-	(28.629)	5.261.360	987	5.262.347
	5.289.989	-	(28.629)	5.261.360	987	5.262.347
<i>-Obrigações diversas</i>						
ALD SA Float 27/11/20	500.000	2.330	-	502.330	48	502.378
AP Moeller-Maersk Float 18/03/19	1.012.735	4.135	-	1.016.870	458	1.017.328
Akzo Nobel NV Float 08/11/19	501.750	155	-	501.905	-	501.905
Alfa Laval Treasury Float 12/09/19	3.101.550	12.493	-	3.114.043	366	3.114.409
Allergan Fuding SCS Float 01/06/19	2.002.040	740	-	2.002.780	35	2.002.815
Allianz Finance II Float 07/12/20	811.008	112	-	811.120	97	811.217
Anglo American Capital 3.5% 28/03/22	3.346.800	-	(19.500)	3.327.300	79.973	3.407.273
Auchan Holding SA 0.625% 07/02/22	1.213.200	-	(2.664)	1.210.536	6.719	1.217.255
BBVASM 0.75% 11/09/22	994.200	6.780	-	1.000.980	2.281	1.003.261
BCPCE SA Float 09/03/22	3.743.919	71.003	-	3.814.922	1.488	3.816.410
BNP Paribas Float 22/09/22	4.589.430	25.365	-	4.614.795	586	4.615.381
BNP Paribas Float. 07/06/24	3.065.040	20.460	-	3.085.500	848	3.086.348
Banco Bilbao Vizcaya Float 12/04/22	5.500.000	64.460	-	5.564.460	3.312	5.567.772
Banco Comerc Port 4.5% 07/12/27	700.000	-	(686)	699.314	2.071	701.385
Banco Comercial Português 0.75% 31/05/22	1.210.176	3.984	-	1.214.160	5.277	1.219.437
Banco Sabadell SA 0.875% 05/03/23	1.391.250	-	(5.334)	1.385.916	873	1.386.789
Bank of America Corp Float 04/05/23	7.047.025	78.205	-	7.125.230	4.823	7.130.053
Barclays Bank Plc 0.625% 14/11/23	997.310	-	(7.070)	990.240	805	991.045
Bat Capital Cop Float 16/08/21	2.900.000	18.763	-	2.918.763	620	2.919.383
Belfius Bank 0.75% 12/09/22	1.599.376	2.912	-	1.602.288	3.616	1.605.904
Belfius Bank 1% 26/10/24	695.870	-	(2.674)	693.196	1.266	694.462
Carrefour SA 0.75% 26/04/24	1.395.680	-	(1.896)	1.393.784	7.163	1.400.947
Cassa Depositit Prestit Float 09/03/23	4.452.800	38.456	-	4.491.256	11.898	4.503.154
Citigroup Inc Float 24/05/21	4.029.680	55.320	-	4.085.000	2.060	4.087.060
CommerzBank AG Float 08/03/22	1.409.142	14.840	-	1.423.982	379	1.424.361
Credit Agricole London Float 20/04/22	2.801.848	56.672	-	2.858.520	2.638	2.861.158
DH Europe Finance Float 30/06/22	3.404.998	13.464	-	3.418.462	-	3.418.462
Daimler AG Float 03/07/24	5.800.000	39.498	-	5.839.498	1.735	5.841.233
Danone 1.75% 29/12/49	600.000	2.778	-	602.778	1.784	604.562
Danske Bank A/S 0.25% 28/11/22	2.688.633	-	(16.335)	2.672.298	610	2.672.908
Deutsche Bank AG Float 07/12/20	1.506.840	-	(1.755)	1.505.085	174	1.505.259
Dexia Cred Local Float 20/09/20	2.624.600	302.200	-	2.926.800	-	2.926.800
FCE Bank PLC Float 26/08/20	3.000.000	15.690	-	3.015.690	485	3.016.175
Ferrovial NL BV Var 14/11/49	300.000	-	(7.626)	292.374	821	293.195
Ferrovie Dello Stato Float 18/07/22	1.996.400	19.100	-	2.015.500	3.938	2.019.438

(continuação)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
Fnac Darty 3.25% 30/09/23	527.375	-	(3.800)	523.575	4.063	527.638
Ford Motor Credit Co LLC Float 01/12/21	1.200.000	528	-	1.200.528	41	1.200.569
Galp Energia SGPS SA 1 15/02/23	1.595.056	-	(7.040)	1.588.016	2.016	1.590.032
Galp Energia SGPS SA 3% 14/01/21	1.825.145	-	(4.734)	1.820.411	49.044	1.869.455
Goldman Sachs Group Float 09/09/22	1.005.880	3.240	-	1.009.120	169	1.009.289
Goldman Sachs Group Inc Float 26/09/23	7.994.090	45.910	-	8.040.000	259	8.040.259
Grifolis 3.2% 01/05/25	1.417.700	3.958	-	1.421.658	7.342	1.429.000
HSBC Holdings PLC Float 27/09/22	8.005.861	120.379	-	8.126.240	330	8.126.570
IE2 HOLDCO 2.375% 27/11/23	540.000	-	(5.635)	534.365	1.106	535.471
Inmobiliaria Coloninal Socimi, S.A 1.45% 28/10/24	1.504.395	-	(9.210)	1.495.185	3.814	1.498.999
Intesa SanPaolo Float 28/02/21	3.729.440	49.000	-	3.778.440	2.501	3.780.941
John Deere Cash Float 15/09/20	602.760	6	-	602.766	-	602.766
Jyske Bank Float 02/06/20	3.002.212	10.868	-	3.013.080	47	3.013.127
KBC Group NV Float 24/11/22	5.495.525	67.450	-	5.562.975	1.249	5.564.224
Leaseplan Corp NV Float 04/11/20	4.500.000	26.460	-	4.526.460	1.313	4.527.773
Lloyds Banking Group Float 21/06/24	6.122.742	117.314	-	6.240.056	764	6.240.820
MedioBanca SPA Float 18/05/22	6.005.250	102.330	-	6.107.580	3.219	6.110.799
Molson Coors Brewing 1.25% 15/07/24	1.797.390	17.496	-	1.814.886	10.418	1.825.304
Molson Coors Brewing Float 15/03/19	2.500.000	2.100	-	2.502.100	23	2.502.123
Morgan Stanley Float 08/11/22	7.009.036	96.874	-	7.105.910	3.823	7.109.733
Morgan Stanley Float 09/11/21	1.001.220	1.070	-	1.002.290	98	1.002.388
National Australia Bank 0.625 18/09/24	7.512.477	-	(51.567)	7.460.910	13.445	7.474.355
Nestle Holdings Inc 0.875% 18/07/25	4.635.280	9.662	-	4.644.942	18.195	4.663.137
Netflix Inc 3.625% 15/05/27	1.943.500	-	(35.634)	1.907.866	8.801	1.916.667
Nordea Bank AB Float 27/09/21	2.434.224	-	(240)	2.433.984	46	2.434.030
Pko Bank Polski SA 0.75% 25/07/21	3.991.680	58.680	-	4.050.360	13.068	4.063.428
RCI Banque SA Float 04/11/24	825.000	4.868	-	829.868	326	830.193
RCI Banque SA Float 08/07/20	100.000	428	-	100.428	28	100.456
RCI Banque SA Float 12/04/21	1.807.350	7.950	-	1.815.300	1.284	1.816.584
SKY Plc Float 01/04/20	1.300.052	15.470	-	1.315.522	1.368	1.316.890
SNAM SPA Float 21/02/22	4.016.240	34.120	-	4.050.360	1.204	4.051.564
Safran SA Float 28/06/21	3.210.312	5.272	-	3.215.584	64	3.215.648
Santander Consumer Bank 0.75% 17/10/22	398.596	1.748	-	400.344	616	400.960
Santander Consumer Finance 0.875% 24/01/22	2.327.590	4.035	-	2.331.625	18.802	2.350.427
Santander Consumer Finance 1% 26/05/21	1.020.304	2.296	-	1.022.600	6.000	1.028.600
Santander UK Group HLDGS Float 18/05/23	3.000.058	54.302	-	3.054.360	1.541	3.055.901
Scania CV AB 20/04/20	1.100.000	4.268	-	1.104.268	156	1.104.424
Securitas AB 1.125% 20/02/24	1.007.730	-	(2.780)	1.004.950	9.678	1.014.628
Societe Generale Float 01/04/22	3.000.000	66.660	-	3.066.660	3.908	3.070.568
Societe Generale Float 22/05/24	3.949.301	45.352	-	3.994.653	1.990	3.996.643
Telecom Italia 3.25% 16/01/23	3.317.970	-	(28.230)	3.289.740	93.226	3.382.966
Telefonica Europ Float 29/12/49	2.107.500	-	(2.280)	2.105.220	59.795	2.165.015
Teleperformance 1.5% 03/04/24	1.822.958	-	(3.176)	1.819.782	20.121	1.839.903
Total SA 2.25% 29/12/49	1.253.760	-	(96)	1.253.664	22.784	1.276.448
Unicredit SPA Float 06/04/18	2.020.510	-	(15.910)	2.004.600	5.929	2.010.529
Unicredit SPA Float 19/02/20	1.011.140	4.920	-	1.016.060	764	1.016.824
Vivendi SA 0.875% 18/09/24	3.577.212	2.520	-	3.579.732	8.975	3.588.707
Volkswagen Bank Float 15/06/21	900.000	1.710	-	901.710	36	901.746
Volkswagen Leasing GMBG 1.125% 04/04/24	2.634.836	37.954	-	2.672.790	7.188	2.679.978
Volkswagen Leasing GMBH Float 06/07/21	6.996.500	19.530	-	7.016.030	2.023	7.018.053
Wells Fargo & Company Float 31/01/22	5.600.000	45.584	-	5.645.584	1.604	5.647.188
	229.136.457	1.962.227	(235.872)	230.862.812	563.850	231.426.661
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>						
-Obrigações diversas						
Renaul Float 14/03/22	2.602.900	28.482	-	2.631.382	421	2.631.803
	2.602.900	28.482	-	2.631.382	421	2.631.803
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
AT&T Float 04/09/23	3.879.281	-	(18.481)	3.860.800	1.485	3.862.285
Time Warner Inc 1.95% 15/09/23	2.532.465	135	-	2.532.600	13.719	2.546.319
UBS Float 20/09/22	7.713.154	99.035	-	7.812.189	873	7.813.062
United Technologies Corp Float 13/11/19	803.200	72	-	803.272	-	803.272
	14.928.100	99.242	(18.481)	15.008.861	16.077	15.024.938
<b>2. OUTROS VALORES</b>						
Outros Instrumentos de dívida						
-Papel Comercial						
Semapa SGPS 92 EM PC 13/11/17 - 15/01/18	1.100.000	-	-	1.100.000	(183)	1.099.817
	1.100.000	-	-	1.100.000	(183)	1.099.817
<b>TOTAL</b>	<b>267.762.662</b>	<b>2.173.962</b>	<b>(322.900)</b>	<b>269.613.724</b>	<b>637.201</b>	<b>270.250.925</b>

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

(valores em Euro)

Descrição	31.12.2016	Aumentos	Reduções	31.12.2017
Depósitos à ordem	17.812.222	1.298.933.510	(1.309.367.721)	7.378.012
Depósitos a prazo e com pré-aviso	8.927.000	73.690.000	(42.987.000)	39.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>26.739.222</b>	<b>1.372.623.510</b>	<b>(1.352.354.721)</b>	<b>46.378.012</b>

#### 4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, o qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, com entrada em vigor após 24 de junho de 2015, tendo revogado Decreto-Lei nº 63-A/2013, de 10 de maio.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

##### Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e proveitos equiparados".

##### Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora de Portugal Continental, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários.
- Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As



d

subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia até às 16 horas.

- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
- as ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- as ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários;
  - modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação será efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação. Os instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado com as respetivas condições.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

#### Impostos

A partir de 1 de julho de 2015, o Fundo é tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (atualmente fixada em 21%), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual. O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.

---

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no n.º2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo passa a encontrar-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC.

O Fundo passa também a encontrar-se sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC (e.g. declaração Modelo 22, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade). No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos serão tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

No que diz respeito aos impostos diferidos, o OIC, em 30 de junho de 2015, no âmbito do regime transitório aplicável previsto do Decreto-Lei n.º 7/2015, foram registados impostos diferidos passivos sobre o valor total das mais-valias apuradas à data de referência assumindo a compensação de mais e menos valias potenciais. Os impostos diferidos passivos representaram um encargo para o Fundo e foram registados na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Provisões do período – Provisões para encargos” ou “Reposição e anulação de provisões – Provisões para encargos”, por contrapartida da rubrica do Balanço “Provisões para encargos”. O valor apurado é exigível à medida que ocorra a respetiva alienação dos títulos que deram origem ao imposto apurado.

## 5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	GANHOS DE CAPITAL			Ganhos de Juros		Rendimento de Títulos	Soma
	Mais Valias potenciais	Mais Valias efetivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros corridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Ações							
Obrigações	17.313.972	5.745.010	23.058.982	1.755.050			1.755.050
Títulos de Participação							
Unidades de Participação							
Instr. de dívida de c/ prazo				14.786			14.786
Outros ativos							
Depósitos				63.156			63.156
OPERAÇÕES A PRAZO (1)							
Cambiais							
Forwards							
Swaps							
.....							
Taxa de Juro							
Swaps							
Futuros		6.243.282	6.243.282				
Opções							
Cotações							
Futuros							
Opções							
.....							
OUTRAS OPERAÇÕES							
Operações de Reporte							
Operações de Empréstimo		0,03	0,03				
Em operações cambiais							

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(continuação)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos Valias potenciais	Menos Valias efetivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros corridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Ações						
Obrigações	14.603.112	4.234.631	18.837.743			
Títulos de Participação						
Unidades de Participação						
Outros ativos						
Depósitos				8.035		8.035
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Forwards						
Swaps						
.....						
Taxa de Juro						
Swaps						
Futuros		6.782.320	6.782.320	28.499		28.499
Opções						
Cotações						
Futuros						
Opções						
.....						
COMISSÕES						
De Carteira de Títulos				2.908		2.908
De Gestão				1.537.537		1.537.537
De Depósito				256.202		256.202
De Supervisão				39.683		39.683
Outras Comissões				11.722		11.722
De Op. Extrapatrimoniais						
.....						
OUTRAS OPERAÇÕES						
Operações de Reporte						
Juros de empr.obtidos						
Em operações cambiais						

## 9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2017 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31.12.2017	31.12.2016
<b>Impostos directos:</b>		
Mais Valias em ações	-	-
Mais Valias em títulos de dívida	-	-
Dividendos de ações	-	-
Dividendos de unidades de participação	-	-
Juros Obrigações	-	-
Juros depósitos à ordem	-	-
Juros depósitos a prazo	-	-
Outros de ações	-	-
	-	-
<b>Impostos indirectos:</b>		
Imposto do selo	130 827	90 187
	130 827	90 187
<b>Impostos pagos no estrangeiro:</b>		
Dividendos de ações	-	-
Dividendos de unidades participação	-	-
Outros impostos	-	-
	-	-
	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>130 827</b>	<b>90 187</b>

## 12. EXPOSIÇÃO AO RISCO TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2017, a exposição ao risco de taxa de juro pode resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	7 342 582			(68 432 000,00)		75 774 582
de 1 a 3 anos	35 641 105					35 641 105
de 3 a 5 anos	133 341 156					133 341 156
de 5 a 7 anos	80 876 675					80 876 675
mais de 7 anos	13 049 407					13 049 407

## 14. PERDAS POTENCIAIS EM PRODUTOS DERIVADOS

De acordo com o artigo 17º do regulamento da CMVM nº 2/2015, o cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado através da abordagem baseada nos compromissos.

## 15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	1.537.537	0,60%
Comissão de Depósito	256.202	0,10%
Taxa de Supervisão	39.683	0,02%
Custos de Auditoria	6.310	0,00%
Encargos outros OIC	0	0,00%
Outros Custos Correntes	43.128	0,02%
<b>TOTAL</b>	<b>1.882.861</b>	
<b>TAXA DE ENCARGOS CORRENTES</b>		<b>0,72%</b>

(1) Média relativa ao período de referência

## 16. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016.

## 17. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

Em 13 de janeiro de 2015 foi aprovado o Decreto-Lei n.º 7/2015, que procedeu à reforma do regime de tributação dos organismos de investimento coletivo, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto -Lei n.º 215/89, de 1 de julho.

Este diploma, com efeito a partir de 1 de julho de 2015, estabeleceu um período transitório segundo o qual, e com referência a 30 de junho de 2015, fosse apurado imposto sobre valias potenciais sobre os títulos em carteira naquela data, o qual apenas será exigível à medida que ocorra a respetiva alienação dos títulos que deram origem ao imposto apurado.

O valor registado nesta rubrica respeita, deste modo, à carga de imposto sobre as valias potenciais apurados nos termos acima descritos incidente sobre os títulos em carteira detidos à data de entrada em vigor do *supra* mencionado Decreto-Lei, apresentando a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
5541 - Acréscimo de gasto	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-

## Relatório de Auditoria

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento (o OIC), gerido pela IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (a Entidade Gestora), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 316.660.353 euros e um total de capital próprio de 316.101.491 euros, incluindo um resultado líquido de 3.493.544 euros), a Demonstração dos Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento, gerido pela Entidade Gestora em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida a matéria relevante de auditoria do semestre corrente e os principais procedimentos de auditoria realizados:

#### Valorização da carteira de títulos - Instrumentos de dívida

##### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Em 31 de dezembro de 2017, a carteira de títulos do OIC inclui investimentos em obrigações, registadas ao justo valor pelo montante de 268.513.724 euros, as quais representam 84,8% do total do seu ativo.

Conforme divulgado na Nota 4 do anexo às demonstrações financeiras, os instrumentos de dívida são avaliados tendo por base a última cotação conhecida no momento de referência. Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à

##### Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem de auditoria nesta área incluiu os seguintes procedimentos:

- i) Entendimento dos procedimentos de controlo interno definidos e implementados pela Entidade Gestora para os processos de valorização dos investimentos, nomeadamente no que se refere à atribuição de responsabilidades na realização destas funções,

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>valorização ou quando se considere que a mesma é não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores à data de referência. Quando esse preço tenha sido formado há mais de 15 dias, os instrumentos financeiros serão avaliados tendo por base:</p>	<p>metodologias aplicadas por classe de ativos e existência de segregação de funções no processo de valorização;</p>
<p>i) valores de oferta de compra firmes, ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidos através de entidades especializadas; ou</p> <p>ii) modelos teóricos de avaliação independentes, utilizados e reconhecidos nos mercados financeiros</p>	<p>ii) Avaliação da razoabilidade dos critérios de seleção de <i>providers</i> definidos e a consistência da sua aplicação na carteira de títulos do OIC;</p>
<p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a complexidade associada ao processo de valorização destes investimentos, assente em vários procedimentos distintos e na diversidade de fontes de informação, bem como a sua representatividade nas demonstrações financeiras do OIC.</p>	<p>iii) Procedimentos de revisão analítica da evolução da cotação da carteira de títulos do OIC e avaliação de possíveis impactos materiais nas demonstrações financeiras do OIC;</p>
	<p>iv) Análise das divulgações efetuadas nas Demonstrações Financeiras do OIC e a respetiva conformidade com os requisitos contabilísticos aplicáveis.</p>

### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para fundos de investimento mobiliário;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no nº8 do artigo 161º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Em nossa opinião, o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores do OIC pela primeira vez pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora, em 3 de junho de 2016, para um mandato compreendido entre 2016 e 2019.
- ▶ O órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No





planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora nesta data.
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria.

### **Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo**

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- ▶ O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- ▶ A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- ▶ O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- ▶ O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- ▶ O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- ▶ O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- ▶ O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 27 de abril de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



António Filipe Dias da Fonseca Brás - ROC n.º 1661  
Registado na CMVM com nº 20161271